

Há uma porta de saída para o sistema prisional?

Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2022



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Beatriz Teixeira (estagiária)

Iara Sennes (estagiária)

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisadora Associada

Sofia Reinach

Consultoras

Marina Bohnenberger

Talita Nascimento

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Aiala Colares Couto
Alan Fernandes
Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cleber Lopes
Daniel Cardoso
David Marques
Dennis Pacheco
Doriam Borges
Felipe Athayde Lins de Melo
Iara Sennes
Ignácio Cano
Isabel Figueiredo
Isabela Sobral
Ivan Marques
Jean Peres
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Martins
Luciana Temer
Luciana Zaffalon
Luís Geraldo Santana Lanfredi
Marina Bohnenberger
Natália Albuquerque Dino

Paulo Januzzi
Renata Gil de Alcantara Videira
Renato Sérgio de Lima
Riccardo Cappi
Roberta Astolfi
Samira Bueno
Sofia Reinach
Susana Durão
Talita Nascimento
Thaís Carvalho
Ursula Peres
Vanessa de Jesus

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Gabriel Tonelli
Fernando Corrêa

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
Instituto República
Instituto Betty e Jacob Lafer

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2022 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
Instituto República
Instituto Betty e Jacob Lafer
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores

Há uma porta de saída para o sistema prisional?

O FUNIL DE INVESTIMENTOS NAS POLÍCIAS, NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E NAS POLÍTICAS PARA EGRESSOS NOS ESTADOS BRASILEIROS.¹

Plataforma Justa ⁽¹⁾

O JUSTA, organização da sociedade civil que estuda a atuação estatal e as políticas públicas, busca contribuir para a transparência e o controle social do exercício do poder.

Propõe-se aqui uma análise dos orçamentos estaduais de 2021, com ênfase nos gastos com polícias, sistema penitenciário e políticas para egressos, em estados representativos das cinco regiões do país: Bahia, Goiás, Pará, Paraná e São Paulo. Mostra-se como os enormes impactos financeiros do crescimento prisional, sobretudo em função da Lei de Drogas, não foram acompanhados de investimentos para garantir direitos para quem deixa a prisão, depois de cumprida a pena.

Após apresentação² do orçamento total e das áreas de interesse, focamos as políticas para egressos. Torna-se evidente a desproporcionalidade das despesas: se concentram massivamente na “porta de entrada” do sistema prisional e são mínimas em sua “porta de saída”.

Para a análise dos dados das polícias foram observadas as particularidades institucionais e orçamentárias de cada estado. Além dos recursos das polícias civil, militar e técnico-científica, consideraram-se os valores empenhados em outros órgãos, quando referentes à atividade policial, tais como secretarias de segurança pública no que tange aos investimentos em forças policiais e fundos especiais de despesas, presentes em quase todos os estados.

Já as bases de cálculo dos orçamentos dos sistemas penitenciários consideram as despesas com todos os órgãos (secretarias) e/ou unidades gestoras dos recursos penitenciários, inclusive os fundos estaduais.

¹ Equipe do JUSTA: Jean Peres, doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, coordenador do eixo de pesquisa em Orçamento do JUSTA; Luciana Zaffalon, Advogada, mestre e doutora em administração pública e governo pela FGV-SP, diretora executiva do JUSTA; Riccardo Cappi, Doutor em Criminologia - Université Catholique de Louvain, mestrado em Ciências Econômicas - Université Catholique de Louvain, professor na UEFS, UNEB e UFBA, diretor do JUSTA; Vanessa de Jesus; Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp, coordenadora executiva do JUSTA; e Daniel Cardoso, Doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do eixo de pesquisa em Orçamento do JUSTA.

² A metodologia considera as particularidades orçamentárias dos estados. Foram consultados os Planos Plurianuais 2020–2023, as Leis Orçamentárias Anuais e os Relatórios Anuais de Governo de 2020 e 2021. Os dados foram obtidos nos portais da transparência dos estados no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro). Tomam-se como referência os valores empenhados e excluem-se as despesas com a modalidade 91. Para maiores detalhes, consulte a metodologia e os dados expandidos [neste link](#).

As políticas para egressos e seus orçamentos concentram maiores variações e distinções entre os estados. Os mapeamentos consideraram a existência ou não de: 1) programas de governo³; 2) ações de governo exclusivas para egressos; 3) ações de governo mistas (voltadas para egressos e pessoas privadas de liberdade); e/ou 4) indicadores de ações de governo relacionados com egressos.

QUADRO 16

Existência ou não de políticas para egressos nos estados

UF	Programa de governo para egressos	Ação de governo exclusivas para egressos	Ação de Governo mistas (egressos e privados de liberdade)	Indicadores de resultados relacionados a egressos
Bahia	X	X	✓	✓
Goiás	X	X	X	X
Pará	X	✓	✓	✓
Paraná	X	X	X	✓
São Paulo	✓	✓	✓	✓

Fontes: Leis Orçamentárias Anuais de 2021 e Planos Plurianuais 2020-2023.

Em 2021, a soma dos orçamentos dos 5 estados analisados resulta em R\$440 bilhões, o que representa 43,6% do orçamento total dos estados brasileiros.

QUADRO 17

Orçamento dos estados analisados em relação ao total dos orçamentos estaduais

UF	Orçamento (R\$ milhões)	% do total do orçamento dos estados brasileiros
Bahia	53.376,30	5,30%
Goiás	32.539,60	3,20%
Pará	33.392,90	3,30%
Paraná	48.455,70	4,80%
São Paulo	272.678,50	27%
Total 5 estados analisados	440.443,00	43,60%
Total das 27 UFs	1.010.213,70	100%

Fonte: SICONFI (Para Orçamento Total da da UF).

O quadro 3 apresenta os orçamentos das polícias, dos sistemas penitenciários e das ações de governo exclusivas para egressos e mistas (voltados para egressos e pessoas privadas de liberdade) no ano de 2021, comparados com o orçamento total de cada estado.

³ No primeiro ano de governo, através do Plano Plurianual (PPA) são criados os programas de governo. Os programas incorporam um conjunto de políticas para determinado tema, essas políticas são as ações de governo. As ações possuem marcadores como nome, código, objeto definido, indicadores de resultado e recursos previstos para 4 anos. Através da análise desses marcadores identificamos elementos para qualificar as políticas de como exclusivas para egressos ou mistas, ou seja, voltados simultaneamente aos egressos e às pessoas privadas de liberdade.

QUADRO 18

Orçamento das polícias, dos sistemas penitenciários, de ações para exclusivas para egressos e mistas 2021

UF	Orçamento UF R\$ em milhões	Polícias		Sistema Penitenciário		Ações de governo mistas		Ações de governo exclusivas para egressos	
		R\$ em milhões	% do Total do Orçamento	R\$ em milhões	% do Total do Orçamento	R\$ em milhões	% do Total do Orçamento	R\$ em milhões	% do Total do Orçamento
Bahia	53.376,30	3.999,00	7,5%	569,6	1,1%	22,8	0,04%	X	X
Goiás	32.539,60	2.618,30	8,0%	442	1,4%	X	X	X	X
Pará	33.392,60	2.495,70	7,5%	446,8	1,3%	11,7	0,04%	5,2	0,02%
Paraná	48.455,70	2.858,30	5,9%	745,5	1,5%	X	X	X	X
São Paulo	272.678,50	13.768,40	5,0%	3.932,50	1,4%	52,1	0,02%	7,8	0,003%
Total 5 Estados	440.443,00	25.739,60	5,8%	6.136,50	1,4%	86,1	00,2%	13,0	0,003%

Fontes: SICONFI (Para Orçamento Total da UF) e Portais da Transparência dos Estados.

Somente os Estados do Pará e de São Paulo possuem políticas públicas exclusivas para egressos.

No Pará, para cada R\$86 gastos com penitenciárias, apenas R\$1 foi investido em políticas para egressos, enquanto R\$480 foram destinados às polícias. Em São Paulo esse funil de investimentos é ainda mais acentuado: para cada R\$1 destinado a egressos temos R\$504 gastos com penitenciárias e R\$1.795 com polícias.

Na Bahia observamos a existência de ações de governo mistas, com recursos destinados a pessoas privadas de liberdade e egressos (sem separação entre os públicos). Neste caso, para cada R\$1 destinado às políticas mistas, R\$25 foram direcionados às penitenciárias e R\$175 para as polícias.

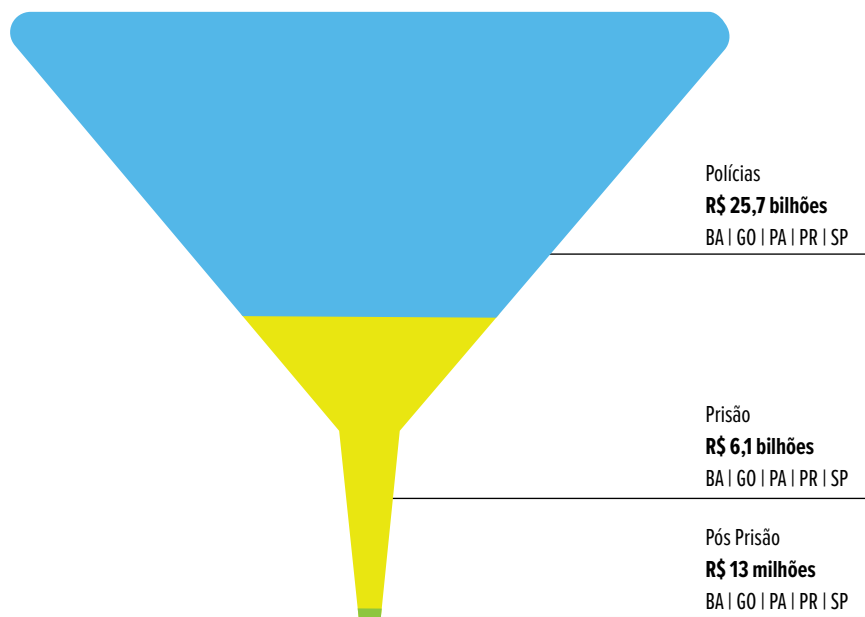
Goiás e Paraná não possuem quaisquer ações de governo para egressos (exclusivas ou mistas), o que impossibilita saber se recursos são alocados para este público e inviabiliza o monitoramento orçamentário. No caso do Paraná, verifica-se a existência de indicadores de ações de governo relacionados a egressos, sem mensuração orçamentária.

Quando consideramos o peso das polícias no orçamento dos estados, Goiás se notabiliza ao despender 8% do total de seus recursos. Já o Paraná se destaca pelos gastos penitenciários, consumindo 1,5% do total de seu orçamento com a área.

Ao considerarmos os orçamentos dos 5 estados somados, podemos visualizar o funil de investimentos que bem ilustra as atuais prioridades político orçamentárias: para cada R\$1.980 destinados às polícias, R\$472 foram gastos com os sistemas penitenciários e apenas R\$1 foi investido em políticas para egressos.

FIGURA 04

Funil de investimentos nas polícias, na prisão e no pós-prisão
2021



Fontes: Portais da Transparência da Bahia, Goiás, Pará, Paraná e São Paulo.

Não há políticas públicas sem investimento. E, com relação aos egressos, os dados evidenciam ou o subfinanciamento ou a inexistência de orçamentos específicos.

Quando pensamos no ciclo de violência institucional produzido pela passagem pelo cárcere e nas medidas necessárias ao enfrentamento de seus consequentes mecanismos de exclusão, precisamos nos perguntar: quais as possibilidades para quem deixa a prisão?

É necessário trazer racionalidade para a política criminal e inverter o funil de investimentos - deslocando recursos da porta de entrada para a porta de saída do sistema prisional, desfinanciando o encarceramento em massa.

Há uma porta de saída para o sistema prisional?

Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2022



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA